

A POLÍTICA E A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Tobias Dias Goulão⁶⁹

*“Não sou nem de direita, nem de esquerda. Eu sou da mamãe.”
Olavo de Carvalho*

*“A política sensata é a arte de revigorar a sociedade e enfraquecer o Estado.”
Nicolás Gómez Dávila*

RESUMO

Dentro das inúmeras perspectivas políticas expostas na sociedade, as adequações ideológicas sempre são cobradas para fazer, hora voz a um coro ou agremiação entre aqueles que julgam ter uma ideologia correta, hora para expor uma maior facilidade na elaboração de narrativas. Considerando que em muitas situações são cobradas da Igreja Católica uma postura ideológica, a Doutrina Social que ela propõe a seus membros surge como uma forma de escapar do arranjo ideológico e apresentar uma alternativa pautada não em discursos políticos, mas em realidades próprias da vida humana e seu aspecto transcendente.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja. Ideologia. Política.

INTRODUÇÃO

O ambiente político, as inúmeras campanhas e os vários partidos existentes são mestres em elaboração de narrativas, de constructos lingüísticos que tentam transformar a complexidade do mundo, da vida humana em toda sua amplitude em um mundo cor-de-rosa. O intelectual austríaco Eric Voegelin advertiu sobre o peso das ideologias e aquilo que elas poderiam criar em uma sociedade. Disse, com muita propriedade, que:

As ideologias destroem a linguagem, uma vez que, tendo perdido o contato com a realidade, o pensador ideológico passa a construir símbolos não mais para expressá-la, mas para expressar sua alienação em relação a ela.⁷⁰

São construtores de ideologias, das mais variadas, uma para cada gosto, que ao final tem local de encontro marcado: na destruição do ser humano, na escravidão da pessoa sob o peso do aparato estatal, na abolição da família e na alienação de cada um

⁶⁹ Mestre em História pela UFG, professor no ensino superior pela Faculdade Católica de Anápolis, Vice-Diretor Acadêmico da Faculdade Católica de Anápolis. Contato: tobiasgoulao@gmail.com.

⁷⁰ VOEGELIN, Eric. *Reflexões Autobiográficas*. São Paulo: É Realizações, 2007.

sobre a própria condição de vida. É a tentativa de colocar em prática alguma utopia ideológica, tornar o mundo um paraíso terrestre. O romeno Cioran aponta que:

a utopia é o grotesco cor-de-rosa, a necessidade de associar a felicidade, logo o inverossímil, ao devir, e de levar uma visão otimista, aérea, até o limite em que se una a seu ponto de partida: o cinismo que pretendia combater. Em suma, um conto de fadas monstruoso.⁷¹

Ainda entre os que analisaram o peso das ideologias, o americano Russell Kirk⁷² lembrou a corrupção que é causada pelo sistema ideológico que procura criar o paraíso na terra, mas o que conseguiu foi sempre trazer para o mundo o inferno.

Considerando o panorama, uma enorme parcela do que é expresso pela política atual, seja a nível nacional ou a nível internacional⁷³, é construção ideológica com o intuito de controle da sociedade. Controle esse que sempre procura beneficiar uma parcela específica de pessoas. Como lembra Dostoiévski no livro *Os Demônios*, aqueles que estão encabeçando as mudanças levarão qualquer coisa para o povo a fim de corrompê-lo, de se firmarem como seus líderes e controlá-lo como se controla escravos, como se lida com uma manada de gado. O trecho é profético, soa como se tivesse saído da pena ainda hoje:

(...) basta haver um mínimo de família ou amor, e já aparece o desejo de propriedade. Vamos eliminar o desejo: vamos espalhar a bebedeira, as bisbilhotices, a delação; vamos espalhar uma depravação inaudita; vamos exterminar todo e qualquer gênio na primeira infância. Tudo será reduzido a um denominador comum, é a plena igualdade. [...]disso cuidaremos nós, os governantes. Os escravos devem ter governantes. Plena obediência, ausência total de personalidade, mas uma vez a cada trinta anos Chigalióv lançará mão também da convulsão, e de repente todos começam a devorar uns aos outros, até um certo limite, unicamente para não se cair no tédio.⁷⁴

Esse é o retrato do mundo perfeito da ideologia. Um mundo onde tudo que fazia algum sentido foi retirado e sobrou apenas os escombros. Estes, hoje, são o mundo perfeito inquestionável das inúmeras correntes ideológicas.

⁷¹ CIORAN, Emil. *História e Utopia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁷² KIRK, Russell. *A Política da Prudência*. São Paulo: É Realizações, 2015.

⁷³ Aqui pode-se destacar a atuação de blocos de países, que elaboram leis supranacionais e também instituições que têm expressão como a ONU.

⁷⁴ DOSTOIEVSKI, Fiodor. *Os Demônios*. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 407-408.

A IGREJA CATÓLICA FRENTE A ESSES DESAFIOS

Ao observar, desde o princípio, como essas ideologias colocavam a perder a sociedade e, dessa forma, o ser humano em sua integralidade, a Igreja se colocou sempre contrária ao poder centralizador e usurpador das formas de governo sobre as células mais importantes que constituem a sociedade humana. A condição de trabalhadores, da possibilidade de pender para um lado ou outro no espectro político, o desejo de um bem comum somado a garantias pessoais e locais são clamores desde o início da era cristã⁷⁵.

A necessidade de ir contra uma burocracia que a tudo engole e a todos busca corromper, esse leviatã controlador, tomou corpo nos pronunciamentos dos papas e teólogos que estavam em meio à tormenta ideológica, navegando pelo “mar vermelho” ou observando um “mercado demiúrgico” capaz de permitir até mesmo que almas sejam negociadas. A partir desse sentimento, ou melhor, dessa necessidade, formulou-se a *Doutrina Social da Igreja*⁷⁶ - DSI. Um corpo doutrinal que possui aspecto evangelizador e que leva sempre a missão da igreja de anúncio dos princípios morais, referentes à ordem social a qualquer questão humana, enquanto exige os direitos fundamentais da pessoa humana sem negligenciar a salvação das almas⁷⁷.

É possível definir o que é a DSI como “o corpus doutrinal referente à sociedade que, a partir da Encíclica *Rerum novarum* (1891) de Leão XIII, se desenvolveu na Igreja através do Magistério dos Romanos Pontífices e dos Bispos em comunhão com ele”⁷⁸, e tem-se o primeiro uso da expressão “doutrina social” com o Papa Pio XI (1922-1939).

Ela não surge como se tem hoje, em um documento unificado e orgânico, mas foi sendo moldada aos poucos pelos pronunciamentos do Magistério. Na obra *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*, o professor Carlos Ramalhete oferece um trajeto sobre a formação desse *corpus* doutrinal. Ele comenta que ela foi:

Desenvolvida ao longo dos séculos, a partir das interpretações da teologia moral revelada somadas à experiência de sociedades tão

⁷⁵ Em nível de exemplo de como a Igreja teve papel sobre mudanças em condições de injustiça social, ver: DAWSON, Christopher. *A Formação da Cristandade*. São Paulo: É Realizações, 2014. Capítulo 8 “O império cristão”, p.207.

⁷⁶ Doravante será abreviado como “DSI”.

⁷⁷ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, §71.

⁷⁸ *Op. cit.* §87

dísparos quanto a Roma pagã, a Palestina das Cruzadas, a Paris de São Tomás de Aquino, a China medieval, a Renascença europeia e os gulags do século passado, a DSI guardou ciosamente o que preenchia as condições necessárias: ser moralmente bom ou neutro e, necessariamente, funcionar. Ela é como um conjunto de bússolas e mapas que nos avisam dos perigos para que possamos evitá-los e nos indicam os caminhos mais proveitosos para que possamos tomá-los, mas sem, em momento algum, coibir a imensa gama de escolhas possíveis dentro do que é compatível com seus princípios.⁷⁹

A DSI está fundada na Revelação e na experiência humana, e por isso afasta-se da ideologia por estar apoiada na realidade e também na teologia, precisamente da teologia moral. Ela vem com a finalidade de interpretar realidades da existência humana, as questões expressas no contexto social à luz da fé e da tradição eclesial⁸⁰. Seu fundamento está na Revelação e na Tradição, pelos quais se dá a ação do Magistério. E para além das questões ligadas à teologia, ela “se vale de contributos cognoscitivos, qualquer que seja o saber de onde provenham, e tem uma importante dimensão interdisciplinar”⁸¹, e essa abertura ao saber interdisciplinar dá à DSI competência, concretude e atualidade.

Pela forma como foi elaborado (considerando a atual redação do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*), mostra-se como um documento de auxílio para todas as sociedades que necessitam de uma orientação para suas questões humanas. Tem um caráter de anúncio do Evangelho e da Igreja, mas traz em si a perspectiva de denúncia do pecado, “o pecado de injustiça e de violência que de vários modos atravessa a sociedade e nela toma corpo”⁸². Portanto, é uma mensagem que visa a todos aqueles que possuem uma boa vontade de orientar-se em meio à sociedade, ou seja, todos são destinatários da mensagem da DSI. Quando se tenta limitá-la ao uso da Igreja está-se claramente a menosprezar uma riquíssima fonte de conhecimento que pode ser utilizada para conciliar conflitos e auxiliar na interpretação das várias querelas que surgem no seio de uma comunidade.

⁷⁹ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p. 14.

⁸⁰ CDSI, §72.

⁸¹ Op. cit., §76.

⁸² Op. cit. §81.

Ideologias e a Doutrina Social

Em sua homilia do dia 19 de abril de 2013, o Papa Francisco lembrou que “os ideólogos falsificam o Evangelho”⁸³, o que está afirmando as leituras dos intelectuais citados anteriormente sobre essa questão. A ideologia instala-se no contexto social quando a realidade passa a ser sobreposta por uma ideia, ou seja, quando o pensamento é colocado como superior à realidade. Em uma linguagem formal, pode-se dizer que *é uma adequação da coisa e do intelecto* e não o contrário proposto pela sentença famosa nos tempos escolásticos.

Sob tais aspectos, é notório perceber que os esquemas políticos, econômicos e culturais estão todos saturados, cada vez mais, com ideias e nada mais. Essas ideias possuem um peso grande na sociedade, mas não têm relação com a realidade. Falta a ela o contato com o mundo. São construções de escritórios, falas de catedráticos mas que, frente à realidade não se mostram capaz de compreender as complexidades da ação humana e valorizar aquilo que é real. Essas perspectivas ideológicas, em sua falsificação escatológica, na paródia grotesca sobre a Salvação, sempre elegem um deus para servir, transformam essas ações materiais em “religiões políticas” (termo de Eric Voegelin) e procuram tornar imanente o que é transcendente. A salvação está instalada no mundo, para o mundo e com fim último nas delícias do mundo. Elas implicam uma receita perfeita para a sociedade utópica na qual pode-se deixar destacadas a sociedade capitalista com seu deus-mercado; a sociedade comunista, com os deuses-proletários e partido; a receita fascista, com o deus-estado; o anarquismo e o deus-pulverizado (um mundo sem hierarquia e propriedade); o ambientalismo e seu deus-verde que é ofendido constantemente pela existência humana. Ainda poder-se-ia deixar aqui a simplificação ideológica que ganhou destaque ultimamente, que é a procura por adequação de tudo nos campos entre direita e esquerda (questão importante, principalmente no cenário nacional).

É interessante perceber que em cada um desses casos, a fórmula básica é ignorar as pessoas, fazer uma pavimentação pelo caminho até a salvação tendo como base em seus corpos lavar a nova sociedade com seu sangue e impedir que sua memória seja lembrada. O mundo real deixado pela ideologia é um cemitério de inocentes.

⁸³ FRANCISCO, Homilia 19.04.2013. In: RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p. 29.

Capitalismo

O capitalismo, como ideologia, mostra o professor Carlos Ramalhete, fez do mercado um ídolo que resolveria todos os problemas caso fosse deixado sem interferência externa. As noções de oferta e procura guiariam todos os esquemas sociais para que fossem sanadas quaisquer das mazelas do conjunto social.

Lembra ainda que:

o mercado é um mecanismo necessário; ele não é, contudo, um mecanismo suficiente para que a sociedade seja minimamente justa, exatamente porque o homem carrega em si as consequências do Pecado Original.⁸⁴

Um liberalismo completo, sem nenhum tipo de elemento moral que ordene sua conduta, nenhuma última instância para quem recorrer, é ferramenta de desumanização. As pessoas começam a ser tratadas como objetos, literalmente assumem um valor de mercado e o todo das relações que deveriam ser pautadas pelo elemento pessoal passam a ser feitas dentro do elemento mercadológico. O valor em si de um ser humano é medido por aquilo que necessariamente pode ser tirado dele. Entre as formas mais básicas de percepção da transformação da pessoa humana em mercadoria tem a ascensão da pornografia. Esta cresce em meio à sociedade em consumo desordenado, em uma oferta dantesca, e seu espaço é conquistado apenas porque este provoca os sentimentos baixos como a luxúria. Os efeitos são de um avanço de limites cada vez mais ousado, que de forma invisível vai minando a sensibilidade humana para com o outro e transformando as relações em um evento miserável de obtenção de satisfação imediata⁸⁵. É necessário vender, comprar, oferecer e a forma como conseguirão manter essa vida é independente do que se é. Se em última instância uma pessoa tiver que vender a sua dignidade em nome da riqueza, assim ela fará. Oferta e demanda.

A idolatria do mercado esquece que este precede o capitalismo, que toda sociedade humana possuiu sempre um esquema de comércio. Assim sendo, capitalismo não é mercado, mas a transformação de um mercado em ídolo. Um ídolo que se alimenta da pessoa humana, sendo capaz até mesmo de propor-lhe um dualismo substancial com a noção errônea de auto-propriedade.

⁸⁴ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.32

⁸⁵ Sobre o tema do problema relacionado à indústria pornográfica e seus efeitos psicológicos e sociais ver: CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DOS ESTADOS UNIDOS. *Cria em mim um coração puro: uma resposta pastoral à pornografia*. Parede, Portugal: Lucerna, 2017.

Mas convém deixar claro que a DSI não exclui ou pretende excluir a livre iniciativa ou o livre mercado. Compreendendo a realidade dessa condição, seus benefícios e seus problemas ela deixa claro que “o livre mercado é uma instituição socialmente importante pela sua capacidade de garantir resultados eficientes na produção de bens e serviços”⁸⁶. Ele é instrumento dinâmico que consegue levar ao crescimento econômico, mas devem ser observadas questões morais importantes para que ele não venha a se tornar meio de destruição da pessoa em nome da economia.

Está disposto na DSI que:

Um verdadeiro mercado concorrencial é um instrumento eficaz para alcançar importantes objetivos de justiça: moderar os excessos de lucros das empresas singulares; responder às exigências dos consumidores; realizar uma melhor utilização e economia dos recursos; premiar os esforços empresariais e a habilidade de inovação; fazer circular a informação, de maneira que seja verdadeiramente possível confrontar e adquirir os produtos em um contexto de saudável concorrência.⁸⁷

Ao afirmar isso tem-se o valor do mercado em si mesmo, ou seja, cabe a consciência dos indivíduos e recai sobre a responsabilidade pública estabelecer uma justa relação entre meios e fins. Isso leva a uma percepção sobre a noção de individualismo, em buscar todo o lucro independente do custo, e faz pensar na utilidade de uma realização econômica que não fique limitada apenas a um único grupo que estaria com todo o mercado em seu controle. O que a DSI faz nessa empreitada sobre o peso do mercado é deixar nítido que compreende seu inegável valor, mas que:

coloca em evidência a necessidade de ancorá-lo a finalidades morais, que assegurem e, ao mesmo tempo, circunscrevam adequadamente seu espaço e autonomia. A ideia de que se possa confiar tão-somente ao mercado o fornecimento de todas as categorias de bens não é admissível.⁸⁸

Comunismo

Na ideologia comunista tem-se a visão sobre a coletividade esmagando a individualidade, destruindo a pessoa em si e formando uma massa disforme denominada

⁸⁶ CDSI, §347.

⁸⁷ Op. cit.

⁸⁸ Op. cit. §349.

“sociedade comunista”. Levada à existência pelo avanço do proletário, classe revolucionária por excelência segundo as profecias malfadadas de Karl Marx, na sociedade comunista haveria a possibilidade de todos terem tudo, serem iguais em capacidades, gostos e bens. Não haveria nenhuma forma de propriedade, pois tudo seria comunitário, e cada um pegaria apenas o que lhe fosse necessário. Uma bela máscara para toda a imperfeabilidade humana. E essa noção romântica de uma sociedade perfeita no mundo que levou todas as nações que se serviram dessa ideologia a se tornarem camas de Procusto: leitos no qual você deve se adequar perfeitamente, ou terão seus membros cortados.

Para além desses elementos de ordem imediata, a ideologia comunista levanta a bandeira de que a noção de Deus, igreja e transcendência são perspectivas contrarrevolucionárias e devem ser extinguidas da sociedade. O paraíso só pode ser alcançado no mundo material, não há nada além dele. Isso torna as crenças meios subversivos das classes contrárias à revolução para impedir o avanço do comunismo.

Sob tais perspectivas pode-se sintetizar que

A base do comunismo é que as ferramentas, a terra e tudo o mais que contribuiu na transformação dos recursos naturais e produtos adequados para o consumo humano, que eles chamam de “meios de produção”, não podem pertencer a particulares. Por isso, na suposta etapa socialista violam-se abertamente os mandamentos de não roubar e não cobiçar os bens do próximo, tomando-se os bens de todos e tornando-os propriedade do Estado.⁸⁹

Além dos Mandamentos violados, têm-se as consequências, já expostas pelos papas, de tais problemas. Uma sociedade, uma célula humana (considerando desde a mais básica, a família, até a mais complexa, um estado nacional moderno) não pode sobreviver sem a noção de posse de algo, para que venha ser possível cultivar algo para si, para poder poupar e crescer, manter uma segurança material para sua família⁹⁰. Sem possuir nada, nada pode ser criado e o impedimento do crescimento pessoal está relacionado com o impedimento do crescimento da sociedade. Para que isso seja constatado basta perceber a penúria social que se instalou nos países comunistas ao longo da história, nos quais apenas a elite vinculada ao Partido possuía bens além do comum disponível a todos pelo Estado.

⁸⁹ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.34

⁹⁰ LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas, 2014.

Observe-se uma perspectiva sobre a propriedade vinda da tradição anglo-saxônica. O interessante da defesa da propriedade é que, devido a cada vez mais investidas do estado em limitar a pessoa e sua ação independente, ela se tornou o “último direito metafísico” contra o leviatã. Richard M. Weaver no livro *As ideias têm consequências* (2012) expressa que, em virtude da crescente monopolização que veio acompanhada de uma visão imediatista, pragmática e utilitarista de mundo que impede uma real contemplação das complexidades existentes na realidade, e que se tornou “lugar-comum observar que as tendências monopolistas são também uma tendência ao estabelecimento da propriedade estatal”⁹¹. Weaver não deixa obscura a sua perspectiva da necessidade da propriedade para o ser humano, pois a propriedade tem uma relação direta com a responsabilidade. Notoriamente

esse tipo de propriedade faz com que seu dono tenha uma ampla margem de escolha por meio da qual ele pode se tornar uma pessoa integral. O capitalismo monopolista e o comunismo devem ser condenados justamente porque favorecem a diminuição dessa ampla margem de escolha⁹².

O aspecto comunista da visão de sociedade consegue eliminar o ser humano tornando-o uma massa que, vivendo sobre aquilo que o Estado fornece e sem impulso de ação pessoal, apenas coletiva e dirigida do alto, elimina as características próprias da sua condição como ser racional, responsável, composto das condições de individualidade e comunidade, ou seja, o aspecto pessoal concreto que tanto faz menção a DSI⁹³.

Fascismo

O pensamento fascista assemelha-se ao comunista ao ponto de serem considerados como “gêmeos heterozigotos”⁹⁴. Ambos perseguiram, prenderam e mataram qualquer um que fosse considerado nocivo para a sociedade perfeita que estava a ser construída. Ainda assim, apenas o fascismo possui uma memória viva de seus

⁹¹ WEAVER, Richard M. *As ideias têm consequências*. São Paulo: É Realizações, 2012. p. 147.

⁹² Op. cit. p. 148.

⁹³ CDSI, §105, s.s.

⁹⁴ BESANÇON, Alain *apud* GOULÃO, Tobias. *Os mortos pela ideologia, ou os perigos do desejo de uma “perfeição terrena”*. Jornal Opção: 06/05/2017. Disponível: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/os-mortos-pela-ideologia-ou-os-perigos-desejo-de-uma-perfeicao-terrena-93572/>> acesso em: 28. Ago. 2018.

males, principalmente na vertente alemã, enquanto o comunismo ainda logra status de “esperança mundial”.

Essa ideologia totalitária difere do comunismo, com lembra Prof. Ramalhete, na questão da propriedade privada. Pois, diferente do socialismo onde tudo e todos eram do Estado, no fascismo

a propriedade dos meios de produção continua em mãos de particulares. O que o Estado faz, contudo, é concentrar esses meios em poucas mãos, e dirigir indiretamente as empresas através de programas de relação com o governo. [...] Concentrando a propriedade fica mais fácil para o Estado controlá-la e controlar seus usos, sem matar a galinha dos ovos de ouro com um planejamento exagerado da economia⁹⁵.

Manter controle sobre o que seria a iniciativa privada e criar gigantescos monopólios é a principal característica e o diferencial para com o irmão.

A planificação da economia, e a sua concentração nas mãos de poucos favorecidos pelo Estado é mostrada como falácia clara que se desenvolve em meio à sociedade. O britânico Roger Scruton, no livro *As Vantagens do Pessimismo* (2011), afirma que:

a falácia do planeamento consiste na crença de que podemos progredir colectivamente em direcção aos nossos objectivos adoptando um plano comum e trabalhando para ele sob a liderança de uma qualquer autoridade central.⁹⁶

É claro que a planificação pensa em uma ordenação sem a contingência da vida humana e suas mais complexas realidades. Pensa em um conjunto social romântico, otimista, que revelaria ao mundo a face desconhecida do homem que fora transformada pela ação anárquica sem o plano estatal centralizado.

Seguindo pelo caminho indicado por Scruton, deve-se ser atento a essa forma de controle, pois

É precisamente ao contemplar esses planos que mais necessária é uma dose de pessimismo, a fim de salientar que nenhum plano se manterá durante muito tempo se as pessoas forem livres de lhe desobedecer e que qualquer plano será frustrado se a sua execução depender da informação que o próprio plano destrói⁹⁷.

⁹⁵ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.37.

⁹⁶ SCRUTON, Roger. *As Vantagens do Pessimismo*. Quetzal: Lisboa, Portugal, 2011. p. 99.

⁹⁷ Op. cit. p. 102.

Como estratégia essas ordenações totalitárias são dispostas para a sociedade em tom de necessidade momentânea, escondendo a impossibilidade de mantê-las por pouco tempo. O fim de um planejamento é sempre próximo, mas nunca chega. Aqui se vai ao encontro do libanês Nassim Nicholas Taleb que afirma: “Nada é mais permanente do que arranjos, déficits, tréguas e relacionamentos ‘temporários’, e nada é mais temporário que os ‘permanentes’”⁹⁸.

Anarquismo

Uma ideologia extremista que pode ser situada no início do século XX, que visava ao fim de toda a forma de governo, hierarquia e também da propriedade privada. Sua ação foi baseada em violência e na insurreição social – sendo responsável por inspirar muitos movimentos sociais e sindicatos. Sobrevive com certa expressão em nos dias atuais na vertente “*anarcocapitalista*”, uma forma de capitalismo na qual tudo seria gerenciado por contratos entre as partes, sem nenhuma forma externa superior, sem nenhum governo fazendo de todas as relações humanas uma relação econômica.

O primeiro problema é que a hierarquia é algo natural das pessoas e o governo acaba por instalar-se como “última instância” nas relações entre as partes relacionadas em alguma disputa insolúvel a nível mais próximo. O CDSI, nos parágrafos 393 a 398, mostra que por razão da própria ordenação social sempre se encontram lideranças nas sociedades humanas. Sendo assim, ao se possuir uma hierarquia e uma ordem estabelecida, o dever do governo “é garantir a vida ordenada e reta da comunidade, sem tomar o lugar da livre atividade dos indivíduos”⁹⁹. Um governo é o “instrumento de coordenação e direção”¹⁰⁰ e a autoridade nunca deve tomar decisões que obstruam a livre, moral e lícita iniciativa dos cidadãos. E para evitar isso “deve deixar-se guiar-se pela lei moral [...] a qual tem Deus como princípio e fim”¹⁰¹.

Com essa orientação, cabe promover os valores objetivos de uma lei moral, ou seja, a lei natural – por isso deve-se prezar pela escolha de bons governantes para a sociedade e o governo não caírem em ceticismos e as relações humanas não ficarem

⁹⁸ Original: “*Nothing is more permanent than “temporary” arrangements, deficits, truces, and relationships; and nothing is more temporary than “permanent” ones*”. In: TALEB, Nassim Nicholas. *The bed of Procrustes: philosophical and practical aphorisms*. Handom House: New York, 2010.

⁹⁹ CDSI, §394.

¹⁰⁰ Op. cit.

¹⁰¹ Op. cit.

presas a incontáveis burocracias e a uma visão pragmática de regulações por simples maioria de voto ou poder econômico das partes.

O interessante é que a perspectiva de hierarquia aparece em uma literatura contemporânea que busca mostrar sua naturalidade e o seu caráter comum ao homem (e como isso é algo conservador). Jordan B. Peterson, no livro *12 Regras Para a Vida: um antídoto para o caos* (2018), começa pelas lagostas para chegar ao ser humano e mostra como mecanismos de adaptação são conservadores, pois retêm sempre aquilo que é importante em meio à sociedade e que um desses elementos que está em vigor, ainda hoje, é a própria noção de hierarquia. Ao fim de uma longa exposição partindo de questões da biologia, comportamento e sociedade, ele encerra com a seguinte observação:

A hierarquia de dominância não é capitalismo. Tampouco é o comunismo. Não é o complexo militar industrial. Não é o patriarcado – aquele artefato cultural descartável, maleável e arbitrário. Muito menos uma criação humana; não em um sentido mais profundo. Pelo contrário, é um aspecto quase eterno do ambiente e muito daquilo cuja culpa colocamos nessas manifestações efêmeras é uma consequência de sua existência imutável. Nós (o *nós* soberano, presente desde o princípio da vida) temos vivido em uma hierarquia de dominância há muito tempo. Estávamos lutando por posições antes mesmo de termos pele, mãos, pulmões ou ossos. Não há quase nada mais natural do que a cultura. As hierarquias de dominância são mais velhas do que as árvores¹⁰².

Peterson leva a pensar que alguns estão ordenando as coisas desde muito antes das questões sociais e dos partidarismos.

Uma última observação sobre o anarquismo e seu horror à hierarquia é compreender que, para os anarquistas, até mesmo a hierarquia na ordem transcendental, ontológica, não pode existir. A ordenação dos seres, do eficiente ao contingente, não é necessária. Há uma fala atribuída ao anarquista Bakunin que sintetiza isso: “Um chefe no Céu é a melhor desculpa para um chefe na terra; assim, se Deus existisse, ele teria de ser abolido”¹⁰³.

¹⁰² p.15.

¹⁰³ In: RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.37 PETERSON, Jordan B. *12 Regras Para a Vida: um antídoto para o caos*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018,

Ambientalismo

Há na contemporaneidade uma expressão muito interessante sobre como os ambientalistas são conhecidos: melancias, verdes por fora e vermelhos por dentro. Em resumo, são tão nocivos e totalitários como os comunistas. A sede pelo mundo verde com o ambiente preservado e sem a presença humana mostra outra faceta ideológica que muitos adeptos ganham nos dias de hoje. Uma visão na qual o ser humano é “uma praga devastando o planeta pela própria existência”¹⁰⁴. Necessariamente deve-se compreender que entender o ser humano como um mal para a criação é nada mais nada menos que a renovação do pensamento gnóstico. Logicamente um equívoco gigantesco que deve ser compreendido na seguinte observação:

o homem é o custódio, o “tomador de conta” da Criação, não uma praga. Filhos são uma benção, não uma maldição. A natureza silvestre deve sim continuar a existir, mas o homem também tem o direito de plantar e criar animais para seu consumo, viver em cidades etc.¹⁰⁵

Deve-se, portanto, considerar que entender o ser humano apenas como quem destrói a Criação é uma propaganda maniqueísta que pretende agir como as demais ideologias: fundar um mundo natural no qual o ser humano está submetido ao mundo sem poder usufruir da criação. A “luta de classes” agora é feita a nível de participantes da criação: ser humano mau, quer a destruição da bondosa natureza.

Os ativistas, que são a força de combate e propagação dessa ideia, conseguiram levá-la a todas as instâncias sociais. Roger Scruton menciona a situação que transcorre em os dias atuais assim:

A questão ambiental foi apresentada pelos ativistas e ONG’s e pelos políticos verdes como um confronto entre as forças das trevas e a força da luz. A força das trevas corresponde ao alvo tradicional da crítica da esquerda: o grande capital, o mercado, a “ganância” e o “egoísmo que nos destroem. Contra essas forças poderosas estão alinhadas as forças de luz: os ativistas e ONG’s, as pessoas motivadas por uma preocupação altruísta com as futuras gerações e não com o próprio conforto¹⁰⁶.

Nada foge daquilo que já está exposto sobre a forma como a ideologia trabalha: corrompendo a realidade em prol de uma abstração incompatível.

¹⁰⁴ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja*: uma introdução. São Paulo: Quadrante, 2017. p.38.

¹⁰⁵ Op. cit. p.39.

¹⁰⁶ SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. São Paulo: Record, 2015. p.159

Direita e esquerda

As noções de direita e esquerda são elementos simples da compreensão política. Em uma síntese, poder-se-ia utilizar a seguinte nota para entender de onde vem e como, normalmente, são expressos:

Elas advêm da Revolução Francesa (1789), quando iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário. De forma bastante simplificada, é possível afirmar que à esquerda do plenário sentaram-se delegados identificados com o igualitarismo e buscando uma reforma social, ao passo que na direita um grupo identificado com a aristocracia e o conservadorismo¹⁰⁷.

Uma definição que parte da perspectiva marcada pelas noções progressistas, mas que levam a um ponto de partida.

Há outra descrição dos termos que poder-se-ia utilizar para ajudar a formar um campo de análise mais amplo. No prefácio do livro *Por que virei à direita* (2012), Marcelo Consentino deixa a seguinte nota:

À “direita” sempre se inclinará nossa reverência a tudo aquilo que é “hábil” (*destro*, em italiano), firme, preciso, rigoroso; à atitude “direita” (*droite*, em francês) e reta (*right*, em inglês); à posição ortodoxa, sedimentada, consolidada, da ordem do “Direito” estabelecido. Do outro lado, a esquerda (*la sinistra*) é a mão débil, minoritária, canhota e canhestra; o lado do “*gauche* na vida”, para onde pendem nossos sentimentos mais cortantes pelos excluídos, pelos “humilhados e ofendidos”: o proletário, o preso, o pobre, o pária, o preto, a puta¹⁰⁸.

Para além do elemento histórico, algumas outras aplicações da forma como as expressões do campo político estão vinculadas ao meio social e cotidiano.

Seguindo a análise, o que poder-se-ia acrescentar é a observação sobre como a noção de direita e esquerda é lida por Olavo de Carvalho. A primeira questão levantada

¹⁰⁷ SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e Direita: velhos e novos temas. 38º encontro anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2014.

¹⁰⁸ CONSENTINO, Marcelo. Quase irmãos. In: COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. *Por que virei à direita*. São Paulo: Três Letras, 2012. p.10.

é que esquerda e direita ainda servem como instrumentos devido à questão da carga emocional poderosa, pelos símbolos de auto-identificação e também por desenhar o seu adversário ideal.

Em sequência, há outra questão que é a observação de que as duas noções trazem em seu conteúdo duas percepções da realidade. Anteriormente ao seu surgimento, havia a noção de origem e fim, de criação e juízo, e isso era o importante para levar adiante a perspectiva da sociedade. Começava na eternidade (origem) e terminava na eternidade (juízo). Os séculos seguintes, em específico o XVIII e o XIX, transformaram isso: não é mais um mundo no qual existe a moldura da eternidade que tudo compreende, tudo passou a estar lançado no tempo e espaço materiais. Então começou a usurpação de símbolos.

Assim tem-se,

De um lado, a mera antiguidade temporal do poder existente (que na realidade podia nem ser tão antigo assim, apenas mais velho que seus inimigos) parecia investi-lo de uma aura celeste. O famoso “direito divino dos reis”, que de fato não era uma instituição muito antiga, mas o resultado mais ou menos recente do corte do cordão umbilical que atava o poder real à autoridade da Igreja, não é senão a tradução em linguagem jurídico-teológica de uma vivência de tempo que identificava a antiguidade relativa com a origem absoluta.

No outro lado do espectro, vê-se que

a perspectiva do Juízo Final, com o prêmio dos justos e o castigo dos maus quando da reabsorção do tempo na eternidade, era espremida para dentro da imagem futura de um reino terrestre de justiça e paz, de um regime político perfeito que, paradoxalmente, seria ao mesmo tempo o fim da história e a continuação da história.¹⁰⁹

Ou seja, acabaram por realizar degradantes adaptações de símbolos mitológicos, roubados da eternidade, comprimidos na dimensão temporal e transfigurados em deuses de ocasião.

Ainda é possível se atentar ao fato de que direita e esquerda são vinculados ao “capitalismo” e ao “comunismo”, assumindo qualquer coisa que seja imputada nesses campos do espectro político. A apropriação dos símbolos e sua falsificação, esvaziamento e aplicação em um contexto de favorecimento de necessidades e grupos

¹⁰⁹ Ambas as citações de: CARVALHO, Olavo de. *Direita e esquerda, origem e fim*. In: Diário do Comércio, 1º de novembro de 2005. Link: <<http://www.olavodecarvalho.org/direita-e-esquerda-origem-e-fim/>>. Acesso em: 26. Ago. 2018.

deixa uma amostra de como os dois lados acabam por criar mundos para si, ou seja, estruturam ideologias para manutenção de uma narrativa vantajosa politicamente. Exemplo de que toda a forma de liberdade está vinculada ao capitalismo, portanto, à direita. Mas vale lembrar dos problemas que essa questão levanta, dos quais já se tratou.

Aqui cabe a constatação clara de que não há dentro das noções de que “ser de direita” é estar sempre com a verdade em mãos. Mesmo que desse lado do espectro político existam mais coisas que possam ser presentes na DSI, esta mesma condena várias outras que também são presentes no capitalismo. Com as divisões políticas que se tem, é necessário saber analisar o que a ideologia de cada uma mostra e aproximá-las da realidade, discernir a partir de elementos morais e procurar aplicar da melhor maneira possível.

OS PRINCÍPIOS DA DSI: AS CINCO PREOCUPAÇÕES DA AÇÃO POLÍTICA

Tendo em mãos os elementos ideológicos apresentados, agora é possível passar para a utilização dos princípios da DSI. Estes serão guias para a melhor aplicação da equidade nas ações políticas, favorecendo a convivência humana em comunidade. “Eles são ditos princípios porque é a partir deles que podemos julgar uma situação para que possamos agir em relação a ela”¹¹⁰.

Bem comum

É necessário ordenar a vida em comunidade de forma que não ocorra o monopólio dos direitos de um grupo sobre outros, ou que apenas uma minoria tenha sobre si todos os benefícios da sociedade. Em virtude disso deve-se procurar o *bem comum*, o que nas palavras do CDSI está disposto da seguinte forma:

Da dignidade, unidade e igualdade de todas as pessoas deriva, antes de tudo, o princípio do bem comum, a que se deve relacionar cada aspecto da vida social para encontrar pleno sentido. Segundo uma primeira e vasta acepção, por *bem comum* se entende: “o conjunto

¹¹⁰ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.97.

de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição”.

[...] O bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral.¹¹¹

Em uma sociedade que busque diminuir as assimetrias¹¹² pensar o bem comum é algo essencial. A condição social não será de um igualitarismo imposto, mas a de ações justas que buscam a permissão dos indivíduos de agirem e de receber a assistência necessária para que, não sendo massacrados por corporações, por arranjos e por decisões de minorias, possam levar uma vida digna.

Isso seria o reflexo da própria condição humana de que não é possível realizar-se em si mesma, mas de sair ao encontro do outro e compreendê-lo também como pessoa, reflexo de si. Assim como o personagem de Gustavo Corção em *Lições de Abismo* (2004), José Maria, conseguiu encontrar no bêbado a caminho de um ministério a figura de uma pessoa com alma, vontade, felicidades e angústias iguais a dele¹¹³.

Logo, o bem comum é perceber que não posso ordenar a sociedade como eu quero, segundo exclusivamente a minha vontade, baseado naquilo que eu posso comprar e realizar sem ver o que essas ações resultarão em outros. Principalmente, pensar no mal que tais decisões podem causar. E justamente por conta dessa percepção, deve-se estar sempre ciente de que “toda a ação política deve buscar o bem comum, seja qual for seu nível e a sua origem”¹¹⁴. E nessa busca não se pode esconder apenas atrás dos direitos, mas também deve-se lembrar dos inúmeros deveres que estão ligados à sua pessoa, ao próximo e a toda comunidade. O que leva a refletir e discernir que “a ação política é cheia de responsabilidades que aumentam de acordo com a nossa posição social. [...] Nós somos responsáveis por tudo aquilo que a sociedade nos confiou”¹¹⁵.

Essas observações podem ser tentadoras nas mãos de pessoas mal-intencionadas, que poderiam encontrar mero ativismo político nas constatações de levar a todos uma condição de vida na qual o bem seja algo comum. Mas a Igreja deixa claro que

¹¹¹ CDSI, §164.

¹¹² Referência ao livro “*Skin in the Game*” (2018) de Nassim Nicholas Taleb.

¹¹³ CORÇÃO, Gustavo. *Lições de Abismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

¹¹⁴ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.100.

¹¹⁵ Op. cit. p.101

O bem comum da sociedade não é um fim isolado em si mesmo; ele tem valor somente em referência à obtenção dos fins últimos da pessoa e ao bem comum universal de toda a criação. Deus é o fim último de suas criaturas [...]. A nossa história — o esforço pessoal e coletivo de elevar a condição humana — começa e culmina em Jesus: graças a Ele, por meio d’Ele e em vista d’Ele, toda a realidade, inclusive a sociedade humana, pode ser conduzida ao seu Sumo Bem, à sua plena realização. Uma visão puramente histórica e materialista acabaria por transformar o bem comum em simples bem-estar econômico, destituído de toda finalização transcendente ou bem da sua mais profunda razão de ser.¹¹⁶

Destinação universal dos bens

Aquilo de que se tem domínio, a propriedade, é o meio pelo qual se garante a sobrevivência e o crescimento. É a matéria para o desenvolvimento das capacidades e da manutenção da vida e conforto de nossas famílias. A própria DSI nos é muito clara ao dizer essas coisas. Mas diz também que o uso desses benefícios que se tem ao alcance, de que se usufrui e se é proprietário, deve ser feito de forma responsável, a fim de que não sejam meio para infligir a outros, e a si próprio, um mal.

Ser responsável pela forma como se utiliza das próprias posses é ter a consciência de fazer o melhor para todos, as famílias e também prover aos menos favorecidos uma parcela dos bens que foram destinados desde a criação para o gênero humano. Assim sendo,

Todo bem tem, dessa forma, um uso ordenado que inclui empregá-lo para o bem comum. Se eu tenho um bem, essa propriedade me dá também a responsabilidade pelo seu uso, e, assim como eu não posso permitir que minha fábrica polua os céus e as águas, eu não posso permitir que meu irmão passe fome na porta dela. É esta a chamada *destinação universal dos bens*.¹¹⁷

É a consciência de que se recebe dons de Deus e que, assim como os talentos da parábola, deve-se ser responsável ao utilizá-los.

O CDSI declara que “Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém”¹¹⁸. Por conta disso não é justo privar nenhuma pessoa da possibilidade de ter o necessário para a

¹¹⁶ CDSI, §170.

¹¹⁷ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.106

¹¹⁸ CDSI, §171.

manutenção de sua vida, de que possa usufruir de uma condição necessária para o seu desenvolvimento. Essa postura leva a considerar os aspectos morais das atividades humanas, principalmente as econômicas. E isso sem limitar a iniciativa das pessoas, mas fazendo com que a atividade exercida seja realizada de modo que não corrompa a sociedade. Lembrando que podem tentar transformar tudo única e exclusivamente em lucro ou em propriedade controlada pelo Estado com base no sangue de pessoas inocentes. Que seja claro: “o progresso de uns não seja mais um obstáculo ao desenvolvimento de outros, nem um pretexto para a sua sujeição”¹¹⁹. Por conta do peso da vida e da dignidade da pessoa humana, é necessário lembrar a todos do dever moral para com aqueles que necessitam de ajuda.

E que esse princípio não seja confundido com nenhuma forma de comunismo, pois é lícito e necessário possuir algo e dele poder exercer a responsabilidade que cabe a cada um como pessoa. Aquilo que o princípio da destinação universal dos bens faz ver é que a manutenção da vida pessoal vai ao encontro, ao auxílio do meu próximo, pessoa como eu.

Subsidiariedade

Afirma o professor Carlos Ramalhete sobre esse princípio: “O princípio de *subsidiariedade*, ou da *franquia*, não tem apenas um nome difícil de pronunciar: ele é uma pedra de tropeço para muitas instituições atuais”¹²⁰. Qual a razão de vê-lo dessa forma? É devido ao que ele representa: a proteção das instâncias sociais menores dos abusos e intromissões das instâncias maiores.

A descrição do conceito é de que

uma vez que não é lícito tolher aos indivíduos o que eles podem realizar com as forças e a indústria própria para confiá-lo à comunidade, assim também é injusto remeter a uma sociedade maior e mais alta aquilo que as comunidades menores e inferiores podem fazer ... porque o objeto natural de todo e qualquer intervento da sociedade mesma consiste em ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social, não já destruí-las e absorvê-las.¹²¹

¹¹⁹ Op. cit. §175.

¹²⁰ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja*: uma introdução. São Paulo: Quadrante, 2017. p.115

¹²¹ CDSI, §186.

Essa é a afirmação que coloca cada campo da sociedade em seu lugar. Deixa claro que, por exemplo, o Estado, com seus tentáculos que a tudo podem e desejam tocar, não deve interferir no seio familiar por sua simples vontade de realizar uma engenharia social dizendo quantos filhos um casal pode ter. Nem mesmo poderia impor a obrigatoriedade de um sistema de ensino único, de tempo integral, com currículos uniformes, no qual são abordadas temáticas indesejadas pela família (leia-se ideologia de gênero). São imposições que terminam não por suprir deficiências que possam existir naquela família, mas que mostram uma usurpação do estado no direito dos pais de decidirem a melhor maneira de educar com base em princípios que lhes são importantes. O CDSI deixa a preciosa observação de que, com relação às instâncias menores em uma sociedade, “não se deve suplantar a sua iniciativa, liberdade e responsabilidade”¹²².

Tudo que atualmente é mais caro às instituições estatais é mostrado negativamente pela subsidiariedade. Atitudes que estão ligadas à centralização, burocratização, assistencialismo, presença injustificada e excessiva do Estado, o não reconhecimento da iniciativa privada e a formação de monopólios com permissão da máquina pública são pontos que devem ser combatidos sob a justificativa da intromissão desnecessária e criminosa de forças que estão acima das instituições menores da sociedade.

Cabe ainda destacar que essas instituições menores é que são responsáveis pelos seus problemas, na medida em que têm meios de resolvê-los. Justamente porque

A questão principal deste princípio é a determinação de quem é o dono do problema. A responsabilidade por qualquer ação social, segundo a Doutrina Social da Igreja, cabe àquele que está mais próximo de resolver. Ele que é o dono do problema¹²³.

É, simplesmente, cada um agir mediante sua responsabilidade, sem que as instâncias governamentais venham a tirar dele a própria iniciativa (e vejam que isso é aquilo que está a ser feito no ocidente desde a ascensão do assistencialismo e do comunismo propriamente dito).

¹²² CDSI, §186.

¹²³ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.115

A noção de subsidiariedade é importante no debate político de matriz conservadora porque deixa a cargo de cada sociedade a responsabilidade por si. Roger Scruton trata deste princípio e expõe intelectuais que utilizam dessa noção para que fique claro, mediante as investidas internacionalistas e da eliminação as fronteiras e soberanias nacionais, que as sociedades menores têm direito inalienável de tomar as decisões por contra própria¹²⁴.

Solidariedade

Pela subsidiariedade se entende que as ajudas externas devem vir mediante pedidos. Agora, com o princípio da solidariedade, fica claro que há um dever da sociedade em organizar-se e prestar auxílio àqueles que necessitam.

Através do princípio de solidariedade se é constantemente lembrado da condição da pessoa humana de que não é autossuficiente, de que necessita se relacionar com outros e essa relação cobra uma atitude específica com aqueles que, por ventura, estejam em estado de penúria e privação. Ser solidário, ver o Cristo no próximo, é colocar o princípio de solidariedade em funcionamento. É escutar o clamor por ajuda e responder aquilo da melhor forma que se pode.

É preciso lembrar do dever de auxiliar os irmãos:

Dar comida a quem tem fome é uma forma de vivenciar o princípio da solidariedade, assim como defender os mais fracos, proteger os mais pobres, especialmente o órfão e a viúva, e todas as demais ações em que botamos em prática a nossa função de tesoureiros da Divina Providência.¹²⁵

Essas questões são a expressão prática daquilo que o CDSI traz sobre este princípio:

A solidariedade confere particular relevo à intrínseca sociabilidade da pessoa humana, à igualdade de todos em dignidade e direitos, ao caminho comum dos homens e dos povos para uma unidade cada vez mais convicta. Nunca como hoje houve uma consciência tão

¹²⁴ SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. São Paulo: Record, 2015. p.167-168.

¹²⁵ RAMALHETE, Carlos. *Doutrina Social da Igreja: uma introdução*. São Paulo: Quadrante, 2017. p.118

generalizada do liame de interdependência entre os homens e os povos, que se manifesta em qualquer nível.¹²⁶

A importância que se deve dar para o princípio de solidariedade deve ser além da mentalidade moderna da filantropia, que é um fazer para mostrar, fazer para receber cumprimentos e elogios, ser reconhecido. Antes de mais nada é uma virtude moral, é a percepção da compaixão para com o necessitado, da mesma forma que o Samaritano demonstrou ao ver aquele que havia sido assaltado e estava largado na estrada.

Certa vez, questionado sobre a responsabilidade para com os pobres por um estudante progressista, o economista Milton Friedman respondeu: “pessoas têm responsabilidades [...], você e eu temos responsabilidade”. Esse ponto é fundamental para que se possa aplicar o princípio de solidariedade.

Participação

O quinto e último princípio que se tem é o da participação. Esse cobra, a todo o tempo, a preocupação para com o meio comum, com a maneira de gestão da sociedade e da ação no cotidiano.

Por meio do princípio de participação dever-se-ia ficar alerta ao que está sendo feito e não ser simplesmente pessoas que deixam as coisas seguir o fluxo, não transferindo a responsabilidade. E isso não é algo extraordinário. O princípio de participação está vinculado às decisões tomadas, por exemplo, nas escolas quando ocorrem reuniões de pais e muitos deixam de tomar parte naquilo que acontece por simples desinteresse. Ou votam de forma automática e nem sequer lembram em qual candidato votaram na última eleição. Cumprir com essas tarefas é realizar a participação dentro da sociedade.

A importância dessa participação consiste em deixar sempre visível o interesse da sociedade frente a decisões arbitrárias, centralizadoras e ideológicas que possam partir do governo ou de qualquer grupo. Estes não podem querer impor positivamente alguma norma, sendo que a um nível social ninguém está de acordo. A forma como a sociedade caminha só se torna visível quando a participação acontece nas ações em

¹²⁶ CDSI, §192.

comunidade. “A participação pode ser obtida em todas as possíveis relações entre o cidadão e as instituições”¹²⁷, lembra o CDSI.

Papel do cristão na política

Tendo uma compreensão daquilo que a DSI apresenta como diretrizes para a ação em sociedade é necessário aplicá-las para que o convívio entre as pessoas no contexto comunitário seja cada vez melhor, que a cada momento procure sempre sua Causa Última. E isso necessariamente implica ação do cristão que deve mostrar a todos os princípios morais que deveriam gerir o convívio social: liberdade, verdade, justiça e caridade.

A ação do cristão no mundo deve existir, independente do que digam os loucos do estado laico. Lutar por uma sociedade justa, que preze pelos princípios aqui registrados é de extrema importância para todos pois, enquanto o mundo exaure o ser humano de si próprio, a Igreja está sendo a instituição que preserva essa realidade. Por mais que digam que o pensamento católico é retrógrado, é ele quem vem avisando, faz séculos, dos inúmeros males que assolam a sociedade.

O agir do cristão na sociedade é parte da sua própria natureza. Os leigos são o grande corpo da “cristandade” e, praticamente, são justamente eles quem mais contato possuem com a realidade da vida cotidiana em meio ao trabalho, à família e ao conjunto das relações que implicam isso. Isso não é remover os religiosos do contexto, mas é mostrar que, como missão, leigos e religiosos têm campos diferentes de formação.

Ao leigo é próprio o anúncio cotidiano de Deus em suas funções temporais. O leigo alcança aquele lugar que ao sacerdote não é possível. Uma roda de amigos, um grupo escolar, um local de trabalho. E por essa acessibilidade o leigo, como participante da vida em Cristo, tem por missão anunciá-Lo. Deve-se ter a consciência de que, como leigos, estão pelo Batismo “incorporados a Cristo, constituídos no Povo de Deus, e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo”¹²⁸.

¹²⁷ CDSI, §190.

¹²⁸ CDSI, §541.

Nessa campanha cotidiana, feita com a própria vida, de forma orgânica, ele realiza a aplicação das diretrizes expressas pela fé e, por conseguinte, aquilo que a DSI propõe de ação política para melhor desenvolvimento pessoal e social.

Portanto, é a partir dessa condição que as realidades temporais tornar-se-ão campo para a sua ação. E aqui tem-se uma amplitude de possibilidades:

família; compromisso profissional no âmbito do trabalho, da cultura, da ciência e da pesquisa; exercício das responsabilidades sociais, econômicas, políticas. Todas as realidades humanas seculares, pessoais e sociais, ambientes e situações históricas, estruturas e instituições, são o lugar próprio do viver e do agir dos cristãos leigos. Estas realidades são destinatárias do amor de Deus; o empenhamento dos fiéis leigos deve corresponder a esta visão e qualificar-se como expressão da caridade evangélica: “o estar e o agir no mundo são para os fiéis leigos uma realidade, não só antropológica e sociológica, mas também e, especificamente, teológica e eclesial”.¹²⁹

Cabe mais uma vez reforçar que a ação do leigo deve seguir os preceitos do Evangelho que, por sua vez, estão expressos de forma precisa na ação política dentro das diretrizes da DSI. Deixar que esta indispensável ferramenta se perca é correr o risco de se deixar levar pelas ideologias e, portanto, perder o contato com a realidade, usar de meios não-cristãos e imorais para tentar ordenar a vida humana.

Os dias atuais são importantes para lembrar dessas tarefas do leigo pois são eles quem estão em contato direto com essas realidades. Os sacerdotes, por mais que detenham um vasto conhecimento, não são os primeiros que devem agir. Para eles estão destinadas a formação dos leigos e a indicação de caminhos a serem percorridos. Além do mais, é preciso ser *prudentes como serpentes*, e isso quer lembrar que, ao se entrar em um debate público sobre uma questão moral grave, a figura de um sacerdote logo faz muitos ficarem completamente fechados para as propostas a serem trazidas por ele. O ódio ao que pensam ser a Igreja Católica faz com que seja necessário ao leigo ser combatente, porque a ele nenhuma instância administrativa pode negar voz sob pretexto de liberdade de expressão, ou de culto, ou laicidade do Estado.

¹²⁹ CDSI, §543.

CONCLUSÃO

Mediante ao que foi exposto e analisado, poder-se-ia tirar algumas questões que sintetizam o uso da DSI nas ações do cristão (mas não apenas deste) da política.

Primeiro: sua função é a de mostrar um caminho baseado na moralidade dos atos pessoais. Compreender que há uma série de responsabilidades e que para realizá-las procurar a melhor forma possível. Ter um senso de moralidade, que necessariamente passa pelo reconhecimento da pessoa humana, é indispensável para a ação política. Os atingidos diretamente pelas determinações das ações humanas são outros seres humanos. Não são números abstratos, nem gráficos de resultados. São pessoas com todas as capacidades que esse termo pode trazer consigo. Agir moralmente é dar a cada pessoa o seu valor, reconhecer minhas responsabilidades e meus direitos.

Segundo: a DSI afasta aquele que segue suas diretrizes das ideologias políticas. Seja qual for, ideologia nenhuma ganha espaço perante uma pessoa que se norteia pela realidade, pela clara consciência da complexidade da vida e pela impossibilidade da perfeição. A ação política deve ter essa noção. A norma deve ser a prudência, o conhecimento, o teste do tempo e a validade daquilo que se pode aplicar e em que condições há validade. Não buscar uma centralização objetiva de tudo a uma vontade administrativa que quer ter total controle da realidade e moldá-la segundo seus critérios. É, pelo contrário, ter ciência da impossibilidade desse engessamento da vida humana em normas governamentais distantes da realidade das inúmeras sociedades humanas.

E, por fim, saber que são várias as fontes das quais se pode alimentar a compreensão da aplicação da DSI. Somar ao ensinamento do Magistério aquilo que há de verdade também em outras fontes, outros estudiosos é tarefa para que se possa tentar abarcar mais elementos da realidade da vida humana. Da mesma forma que um romance é uma possibilidade de realidade que dá exemplos de ações, a leitura constante, a procura pelo exercício da virtude da sabedoria é indispensável para que se possa ter cada vez mais ferramentas à própria disposição. Como se falou de diretrizes, não de receitas de aplicação e formulação de uma sociedade ideal a partir de um plano quinquenal, então quanto mais informação e conhecimento, melhor será.

A finalidade da DSI é essa: levar as pessoas a uma busca pela melhor ordenação possível da sociedade, pautadas pelos ideais de verdade, justiça, liberdade e caridade. Ou seja, cumprir a missão evangélica de levar o Cristo a todos.

ABSTRACT

Within the innumerable political perspectives exposed in society, ideological adaptations are always collected to make, sometimes a voice to a choir or grouping between those who think they have a correct ideology, sometimes to expose a greater facility in the elaboration of narratives. Considering that in many situations the ideological posture of the Catholic Church is demanded, the Social Doctrine that it proposes to its members appears as a way of escaping the ideological arrangement and presenting an alternative based not on political discourses but on realities proper to human life and its transcendent aspect.

Keywords: Social Doctrine of the Church. Ideology. Politics.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Olavo de. Direita e esquerda, origem e fim. **Diário do Comércio**, 1º de novembro de 2005. Link: <<http://www.olavodecarvalho.org/direita-e-esquerda-origem-e-fim/>>. Acesso em: 26. Ago. 2018.
- CIORAN, Emil. **História e Utopia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CONSENTINO, Marcelo. “Quase irmãos”. In: COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita**. São Paulo: Três Letras, 2012.
- CORÇÃO, Gustavo. **Lições de Abismo**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Os Demônios**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- GOULÃO, Tobias. Os mortos pela ideologia, ou os perigos do desejo de uma “perfeição terrena”. *Jornal Opção*: 06/05/2017. Disponível: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/os-mortos-pela-ideologia-ou-os-perigos-desejo-de-uma-perfeicao-terrena-93572/>> acesso em: 28. Ago. 2018.
- KIRK, Russell. **A Política da Prudência**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- PETERSON, Jordan B. **12 Regras Para a Vida: um antídoto para o caos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2015.

- RAMALHETE, Carlos. **Doutrina Social da Igreja: uma introdução**. São Paulo: Quadrante, 2017.
- SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e Direita: velhos e novos temas. **38º encontro anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2014**. Link: < <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt27-1/9084-esquerda-e-direita-velhos-e-novos-temas/file>>. Acesso: 09/01/2019.
- SCRUTON, Roger. **As Vantagens do Pessimismo**. Quetzal: Lisboa, Portugal, 2011.
- SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. São Paulo: Record, 2015.
- TALEB, Nassim Nicholas. *The bed of Procrustes: philosophical and practical aphorisms*. Handom House: New York, 2010.
- VOEGELIN, Eric. **Reflexões Autobiográficas**. São Paulo: É Realizações, 2007.
- WEAVER, Richard M. **As ideias têm consequências**. São Paulo: É Realizações, 2012.